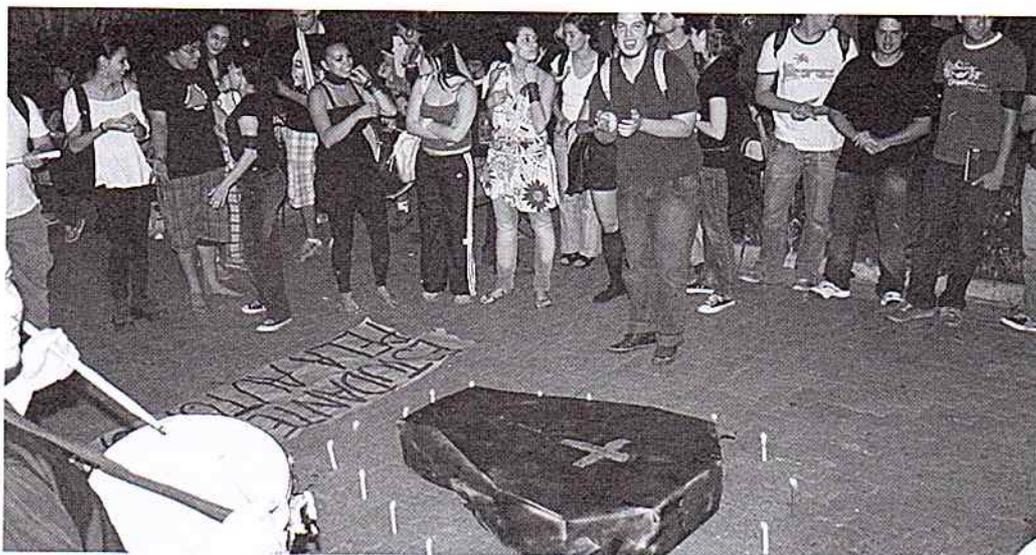


Consun define calendário para eleição de reitor

O cronograma para a sucessão da reitora Maura Vêras foi definido na sessão do Conselho Universitário de quarta-feira, 3/9. Os conselheiros estabeleceram as normas do pleito após discutir exaustivamente o documento aprovado pelo Conselho Comunitário no dia anterior.

A eleição acontece entre os dias 21 e 24/10, iniciando-se a apuração às 15h da sexta-feira, 24/10. As inscrições de chapa serão abertas na próxima segunda-feira, 15/9, e encerram-se na na sexta, 19/9. A ponderação dos votos obedecerá a mesma fórmula da eleição anterior, que garantia a paridade entre os três segmentos. A maior polêmica da sessão ficou por conta do direito a voto para os estudantes dos cursos de pós *lato sensu* que, por uma diferença de três votos, não poderão escolher o novo reitor. (veja matéria na página 3).

O novo estatuto, a exemplo do anterior, atribui a escolha do novo reitor ao Grão-Chanceler da PUC-SP, Dom Odilo Scherer. O cardeal deverá optar por um dos nomes de uma lista composta pelos três candidatos mais votados pela comunidade. Até a última eleição, em 2004, havia o compromisso de que a escolha do cardeal recairia sobre o mais votado. Agora, porém, a Igreja deverá exercer o seu direito de escolha.



BRUNA CAMPOS

Poucas horas após a aprovação do calendário eleitoral uma manifestação promoveu o enterro da autonomia universitária

Calendário Eleitoral

Inscrição de chapas

de 15 a 19/9

Das 8 às 21h no Protocolo Central do campus Monte Alegre

Publicação das chapas

22/9

Votação

de 21 a 24/10

Das 9 às 21h.

No dia 24/10, a votação acontece somente no câmpus Monte Alegre e termina às 15h

Apreciação do Grão-Chanceler

30/10

Posse da nova Reitoria

29/11

Leia nesta edição

Júri Simulado
questiona
criminalização
dos estudantes
pág. 4

Tribunal Popular
debate a
Violência do
Estado Brasileiro
pág. 7



Marisa Fefferman uma das organizadoras do Tribunal

OPINIÃO

Por um Congresso democrático e propositivo

A Apropuc, a Afapuc e os CAs, ao convocarem os três setores - professores, funcionários e estudantes - para a construção de um Congresso Geral da PUC-SP, certamente consideram em aberto, para amplo debate e deliberação, a natureza, a forma de participação e os objetivos a serem alcançados por esse encontro da Universidade. Assim, entendemos como parte do processo que cada setor e os participantes de cada setor apresentem livre e democraticamente as suas propostas.

Podemos interpretar que a construção do Congresso só faz sentido se os seus proponentes e organizadores estiverem realmente preocupados e comprometidos com o futuro da PUC-SP, a sua concepção e inserção social enquanto Universidade, o entendimento mais profundo do que somos, quais são os nossos problemas, o que queremos e para onde devemos ir, enquanto comunidade - todos nós que trabalhamos e estudamos na PUC-SP.

Nesse sentido, devemos considerar que o Congresso em construção deve estar aberto à participação de todos os professores, funcionários e estudantes, sem nenhuma restrição, desde que aceitem as regras gerais e comuns de participação, como a inscrição prévia de cada um, o encaminhamento prévio das propostas, o respeito às inscrições de todas as propostas, a sua apresentação e o seu debate livre e democrático.

Devemos considerar também que o sentido maior de um encontro desse tipo deva ser o de buscar consensos em cada setor e nos três setores; articular quais são as demandas principais e comuns da comunidade e quais são as reivindicações e as bandeiras dos professores, dos funcionários e dos estudantes. É a partir do conhecimento de tais propostas que poderemos compreender os problemas e unificar as expectativas e os

programas dos que trabalham e estudam na PUC-SP.

No nosso entendimento, os principais desafios colocados para a concretização de um Congresso realmente representativo da universidade são: que se consiga motivar os três setores a expor e a debater, sem receios, publicamente, as questões que mais lhe interessam e importam; que se consiga ampliar e consolidar a unidade entre integrantes de cada setor e entre os três setores; e que se consiga sair do congresso com propostas norteadoras da UNIVERSIDADE QUE QUEREMOS, apoiadas por um arco de forças realmente expressivas dentro da PUC-SP.

A proposta do Congresso - amplo, democrático e representativo - deveria inclusive ser apoiada pelas várias instâncias acadêmicas e administrativas da Universidade, pois possibilitaria a todos nós, depois de anos de fragmentação e desagregação generalizada, encontrar novos caminhos de diálogo, entendimento e articulação. A PUC-SP precisa urgentemente reconstruir as relações em torno de um projeto de Universidade - que seja apoiado efetivamente pelos três setores.

A realização do Congresso interessa também aos candidatos à Reitor, ao que for eleito para dirigir a Universidade nos próximos quatro anos, pois terá condições de saber o que pensam e defendem os que trabalham e estudam na PUC-SP. É preciso que se tenha claro: ninguém conseguirá tirar a Universidade da crise - financeira, administrativa e acadêmica - se não levar em consideração as demandas, as reivindicações e a participação democrática de professores, funcionários e estudantes.

O debate sobre o Congresso da PUC-SP está aberto. Todas as manifestações são bem-vindas.

Hamilton Octavio de Souza
Diretor da Apropuc

Professora Lúcia Barroco lança livro e debate a ética marxista

A diretoria da APROPUC convida professores e estudantes para o lançamento do livro *Ética: Fundamentos Sócio-Históricos*, da professora Maria Lúcia S. Barroco, da Faculdade de Serviço Social, no próximo dia 25 de setembro, às 19h, no auditório da associação (Rua Bartira, 407). Junto com o lançamento, será realizado de-

bate com a professora sobre o tema "Fundamentos da Ética Marxista".

O evento faz parte da comemoração do 32º aniversário de fundação da entidade e inaugura uma série de lançamentos de livros e debates com professores da PUC-SP, sob a denominação de "Encontros da APROPUC". Participe!

APROPUC oferece assessoria jurídica aos professores

A Associação dos Professores da PUC-SP, APROPUC-SP, através de seu departamento jurídico oferece a seus associados orientação nas áreas de Direito Administrativo do Trabalho (sindicância), Trabalhista individual e Direito Civil, incluindo Direito do Consumidor, separação, divórcio e inventário.

A entidade também patrocina e/ou subsidia as ações trabalhistas e de Direito Civil nas áreas acima especificadas, para seus associados.

Atualmente existem 33 ações judiciais em curso e uma administrativa. São 19 ações na área Trabalhista

(18 individuais e uma coletiva), sete na área de Direito do Consumidor e indenização por danos, seis na área de Direito de Família (incluindo divórcios e inventários), uma previdenciária e uma administrativa (sindicância interna da PUC-SP).

No primeiro semestre deste ano foram realizados 108 atendimentos, abrangendo todas as áreas oferecidas, com predominância da área de Direito Trabalhista e, em segundo lugar, inventário.

A área de Direito Previdenciário começou a ter uma maior procura no último ano.

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Sub-editor: Leandro Divera

Reportagem: Victor Sousa e Otávio Nagoya

Fotografia: Marcela Rocha e Bruna Campos

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

PUC EM MOVIMENTO

Consun decide: pós *lato sensu* fora do processo eleitoral

À primeira vista parecia mera discussão técnica das normas eleitorais. Um olhar mais atento, contudo, revelava um teor profundamente político na postura de vários conselheiros. Apesar dos fartos argumentos jurídicos, era indisfarçável o confronto entre possíveis candidaturas, que hoje já circulam extra-oficialmente pela universidade.

O ponto mais polêmico foi a exclusão dos estudantes de pós *lato sensu* do processo eleitoral, um contingente de cerca de seis mil alunos.

O representante discente da pós-graduação Lauro Ishikawa e o professor Dirceu de Mello defenderam a participação destes estudantes, que hoje podem inclusive filiar-se à Associação de Pós-Graduandos. Mas acabou vencendo a tese defendida inicialmente pelo vice-reitor comunitário João Décio Passos, de

que o vínculo dos estudantes *lato sensu* com a universidade é muito tênue, não justificando sua participação no pleito.

A Associação dos Pós Graduandos da PUC-SP, APG, realizará uma reunião para decidir qual atitude será tomada pela entidade, que também representa os estudantes do *lato sensu*.

A discussão respingou para vários outros segmentos, como os professores do *lato sensu*, os médicos residentes e até mesmo os terceirizados, segmentos que possuem vínculos diferenciados com a universidade.

A deliberação aprovada pelo Cecom quando se referia aos estudantes apontava para os alunos regularmente matriculados, ou seja, os estudantes que estiverem inadimplentes não terão direito a voto

A estudantes Viviane Ornellas leu a carta da re-

presentante discente Juliana Hereda com um pedido para que estes alunos também tivessem direito a voto, mas o texto original permaneceu.

LISTA TRÍPLICE

No documento elaborado no dia anterior pelo Conselho Comunitário (Cecom), constava simplesmente o encaminhamento de uma lista tríplice ao Grão-Chanceler. O Consun fez questão de explicitar que a lista será formada pelos três candidatos mais votados.

Outro ponto polêmico foi a definição do uso da Internet. O artigo 21 do documento proposto pelo Cecom proibia a veiculação de qualquer propaganda política na internet 48 horas antes da eleição.

O Consun suprimiu o artigo, concluindo pela impossibilidade de uma fiscalização rigorosa deste tipo de propaganda.

VAGAS NO VESTIBULAR

O Vestibular de Verão também foi assunto desta sessão extraordinária. Na reunião anterior, os conselheiros analisaram o quadro de vagas encaminhado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa e preferiram que a Fundação São Paulo também opinasse sobre a redução de 390 vagas no concurso de dezembro.

Os secretários-executivos da Fundação pediram a manutenção das vagas em análise nos cursos de Administração e Direito. Segundo eles, o corte causaria um prejuízo financeiro. As duas faculdades resolveram acatar o pedido. Com isso, o quadro de vagas foi aprovado praticamente com o mesmo número de vagas do Vestibular anterior.

Participe da Revista PUCViva

A diretoria da Apropuc convida os professores a escreverem artigos para a Revista PUCViva, que é uma publicação acadêmica conceituada e com circulação nos meios universitários, movimentos sociais e entidades de classe dos professores.

Estão em processo de fechamento as seguintes edições:

- Edição 32 - JULHO/SETEMBRO 2008 - Tema: "A crise econômica mundial e a América Latina".

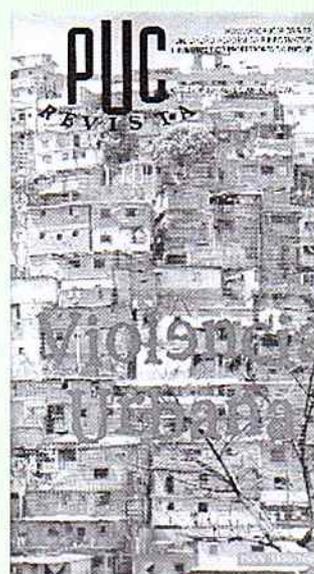
Entrega das matérias: Até 15 de setembro.

- Edição 33 - OUTUBRO/DEZEMBRO 2008 - Tema: "60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos - As violações de 2008 no Brasil e no Mundo - O Estado no banco dos réus".

Entrega das matérias: Até 15 de outubro.

Participe. Seja um articulista da Revista PUCViva. Os textos devem ter até o máximo de 14 mil caracteres.

Enviar as matérias para a Apropuc, aos cuidados da Regina.



Júri simulado debate criminalização dos estudantes da PUC-SP

Na próxima terça-feira, 16/9, às 9h, e na quarta-feira, 17/9, às 19h, acontecem no Tucarena sessões de um júri simulado sobre a criminalização dos estudantes da PUC-SP, que hoje respondem a processos criminais e cíveis, além de uma sindicância interna. As ações foram movidas pela Reitoria e pela Fundação São Paulo em virtude da ocupação das dependências da Reitoria em novembro de 2007.

O júri simulado é uma das atividades do Congresso da PUC-SP, promovido por estudantes, professores e funcionários para pensar a fundo a situação da universidade. Representantes dos três segmentos vêm realizando encontros todas as sextas-feiras, no auditório da APROUC, organizando o Congresso passo a passo.

A primeira atividade preparatória foi o enterro simbólico da autonomia universitária (ver matéria ao lado). Nesta semana começa a circular o primeiro número do *Jornal do Congresso*, uma publicação dos três setores com tiragem mais ampla que a do *PUCviva*, e que apresentará toda semana um retrato das atividades preparatórias do Congresso. O jornal procurará elencar problemas relativos a cada curso e setor da universidade, buscando traçar um amplo painel da situação da PUC-SP.

Para as próximas semanas, estão previstos um debate sobre conjuntura e um festival de hip-hop.

Na próxima semana também acontece o depoimento na Justiça dos

estudantes enquadrados pela PUC-SP, no Fórum da Barra Funda. Novamente, associações e CAs organizarão caravanas para marcar presença contra o autoritarismo e arbitrariedade da gestão da universidade. Os quatro estudantes são criminalizados pela ocupação das salas da Reitoria, ato que, segundo o indiciamento da Polícia Militar, envolvia mais de cento e vinte alunos.



GABRIELA MONCAU

Associações e CAs debatem o Congresso na sede da APROUC

Missa de sétimo dia celebra nova fase da PUC-SP



BRUNA CAMPOS

Na quarta-feira, 3/9, um ato simbólico dos três setores rechaçou a quebra de autonomia da PUC-SP. Carregando um caixão e velas vermelhas, estudantes trajados de preto partiram da Reitoria, percorreram a Comfil e seguiram pelos prédios Novo e Velho, com longa permanência na Prainha.

Os manifestantes carregavam tambores e entoavam palavras de ordem contra o novo Estatuto e o fim da autonomia: O caixão simbolizava o enterro da democracia interna que norteou a história da PUC-SP. A data escolhida para o evento marcava o sétimo dia após a aprovação do Estatuto.

Idealizado por estudantes, funcionários e professores, o ato lúdico visa denunciar o caráter intervencionista do Estatuto, que entrará em vigor após as eleições para o cargo de reitor.

Manifestantes "velam" a saudosa autonomia puquiana

FALA COMUNIDADE

Quase tudo sobre um assalto

Edson Passetti

De repente eles estão no interior de sua casa. São muitos. Estão armados. Querem parecer fortes, machos, decididos. Agem como policiais, aos gritos, e nos prendem com algemas. Metem socos, mandam ficar de cabeça baixa, só querem saber onde está o cofre, o ouro, o dinheiro. Metem nas cabeças das mulheres os revólveres reais e de brinquedo. São assaltantes com desempenho de policiais. Exercitam uma relação que só existe por meio das trocas que estabelecem no cotidiano. Uns roubam, outros capturam mercadorias roubadas. Uns invadem sem lei, outros dão flagrantes com lei. Ou é mais ou menos isso e aquilo? Ambos ameaçam de morte. Na maioria das vezes, desconhecem o bom-senso e por isso matam: demente maioria! Ambos exigem obediência incondicional; são covardes, fracassam e precisam dos negócios ilegais, com armas, cofres, ouros, dinheiros. Entram e saem

de delegacias e prisões impregnadas de negócios e bolor. Tudo deve acabar num negócio ligeiro. Tolo é o cidadão que acredita em recuperação pelo trabalho ou pela religião. Insano o que defende pena de morte. Não há saída pelas penas encarceradoras ou capital (pena capital, o luzidio nome da morte). Eles fazem parte dos negócios de pastores e de empresas com presos; comércios legais e ilegais. Os assaltantes são apenas parte desse amontoado de mortos-vivos que ninguém recupera, e que desde criança quase ninguém notou; quando dele se aperceberam foi como parte do contingente de insuportáveis. Ele rouba com seu revolver, máscara e pose aprendida pela TV e estudada diante do espelho. Ele toma o seu computador e os carrinhos de brinquedos. Para si, para seu filho, para o filho da sua companheira, para seu irmão? Por nada e por quase tudo! Não se veste como pobre, mas como classe média *25 de Março*. São civis, quem sabe cidadãos! Não vi-

vem para ser recuperados, mas para alimentar programas de reabilitação de irrecuperáveis, liderados por devotos e ongueiros. Não há programas de punição a céu aberto, nem prisão, nem direitos disso ou aquilo que irão contê-los. Eles existem para gerar empregos úteis e fazer repercutir a seletividade do sistema penal. Suas existências sustentam a empregabilidade dos serviços. Eles são imperativos para novas reformas penais, para os tribunais, para novas empresas de controle eletrônico, para o seguro de morte. Vivem pela morte de cada um de nós. Vivem para aumentar a segurança, a polícia, o medo... Vivem para morrer por isso. E podem te levar. E pouco importa se te levam. Às vezes, são notícias na imprensa, no telejornal... Eles não têm nada a dar ou perder. São os filhos dessa vida conformista, emburrecida, assistencial, paranóica, lucrativa, negociada, sombria e claudicante numa época conservadora e moderada. Te chamam de filho da puta, te

mandam ficar quieto, te levam objetos e roupas, as chaves da casa, mas não levam a minha coragem. Me deixam mais forte. Continuo um abolicionista penal mais *raçudo*. Não há castigo, prisão, encarceramento a céu aberto que não produza cada vez mais o assaltante solitário, o perdedor radical, a quadrilha, os partidos do crime, os comandos multicoloridos, as polícias nessa insana defesa da moral fundada em penas e recompensas. Não adianta reformar a escola e aumentar os direitos quando tudo deve ser feito para permanecer amedrontador: no dia-a-dia, no programa do político candidato, nos tribunais, na maioria das casas. Éta maioria untuosa! ESTAMOS TODOS PRESOS! *Não pergunte quem eu sou, e não espere que eu seja o mesmo.*

Edson Passetti é Professor Livre-Docente da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP Coordenador do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária – www.nu-sol.org)

Pesquisador apresenta material exclusivo sobre Amazônia

O resultado de diversos trabalhos de campo feitos na Amazônia foi apresentado pelo pesquisador Maurício Torres (USP) em aula aberta ministrada pelo professor José Arbex Jr., do Jornalismo, na sede da APROPUC.

A conversa começou com um esclarecimento sobre o Projeto de Lei 4.776 de 2005, que estabelece áreas legais para a extração de madeira. A proposta é aclamada pela grande mídia e por ONGs como o Greenpeace e a WWF. O argumento: é



O professor Maurício Torres durante a aula aberta

melhor estabelecer áreas de extração e depois replantá-las. Mas o projeto ignora as populações tradicionais, muitas vezes expulsas de suas comuni-

dades para as cidades – gerando verdadeira destruição cultural e social sob o argumento de “progresso”. Para Maurício Torres, não existe preservação da Ama-

zônia sem respeito às populações locais, que conhecem a Floresta e dela vivem.

O professor ainda apresentou uma série de fotos e mapas de seu trabalho, material exclusivo e muito atual, que comprova a invasão das multinacionais, a ausência de fiscalização e o ataque às populações tradicionais. As informações são tantas que um segundo encontro será programado para a questão mais es-tarrecedora: a dos grileiros. A aula aberta ainda terá seqüência em data a ser divulgada em breve.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Grito dos Excluídos defende direito e participação popular

Para denunciar o modelo político e econômico que concentra riqueza e condena milhões de pessoas à exclusão, e para dar visibilidade aos grupos marginalizados e propor caminhos alternativos ao neoliberalismo, o Grito dos Excluídos aconteceu no domingo, 7/9. Durante a manifestação, os organizadores do Tribunal Popular contra a Violência do Estado divulgaram o primeiro comunicado sobre o evento, que acontece em dezembro (veja matéria na pág. 7).

A união do Tribunal Popular com o Grito dos Excluídos é simbólica. Ambos pretendem denunciar os males que a sociedade brasileira enfrenta, tendo como maior exemplo a desigualdade social, que propicia desde a miséria e a fome, até a execução

sumária de jovens nas periferias das grandes cidades.

Confira a seguir alguns trechos da convocatória do Tribunal Popular, lida durante a manifestação do Grito dos Excluídos, realizada no domingo, 7/9. Dentre outras entidades e grupos, a APROPUC assina a convocatória e convida todos os professores da PUC-SP a participar da construção do Tribunal Popular.

“Neste ano de 2008, em que será comemorado o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Brasil comemoram-se também outras datas históricas que seriam marcos da construção de uma ordem democrática, como a abolição formal da escravidão em 1888 e a Constituição de 1988.

Entretanto, estas comemorações enaltecem ordena-

mentos jurídicos cujas garantias aos cidadãos, como se sabe, não estão sendo colocadas em prática. Muito ao contrário, no caso brasileiro, o que vemos é o Estado, por meio de agentes dos seus três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e ao nível da União e dos Estados da Federação, violar sistematicamente os Direitos Humanos das populações pobres do campo, das favelas e periferias urbanas. A cada dia fica mais evidente que o Estado brasileiro é um dos principais agentes violadores dos Direitos Humanos, sendo ele justamente a instituição que, nos seus próprios termos, deveria garantir os direitos e a segurança, e promover a justiça social.

Por isso, propomos um Tribunal que coloque o próprio Estado no Banco dos

Réus, nos moldes de várias outras iniciativas populares semelhantes, com um caráter crítico, didático e conscientizador. Vamos colocar o Estado Brasileiro diante das leis internacionais e nacionais que ele mesmo reconhece formalmente, mas não cumpre.

Nesse sentido, conclamamos todos(as) a estar presentes, contribuir e participar deste processo já iniciado que culminará, nos dias 4 a 6 de dezembro de 2008, com a realização do Tribunal Popular: o Estado Brasileiro no banco dos réus na Sala dos Estudantes da Faculdade de Direito (USP), no Largo São Francisco, em São Paulo (SP). Até lá, uma série de iniciativas relacionadas serão realizadas, para as quais todos(as) estão convidados (as).”

Professores da Unimontes (MG) paralisados durante uma semana

Entre os dias 1 a 5/9 os professores da Universidade Estadual de Montes Claros decretaram greve, contra as incessantes dificuldades de negociação salarial com o governo do Estado de Minas Gerais. A decisão foi tomada durante assembleia da Associação dos Docentes da Unimontes, após uma reunião para negociar o reajuste salarial realizada em 29/8 com participação do governo estadual, representantes da institui-

ção e das entidades sindicais.

As negociações se arrastam há mais de um ano. A contraproposta apresentada pelo governo estadual desconsidera o reajuste pleiteado, transformando-o em gratificação e não contemplando todos os professores.

Após a paralisação, os docentes continuam com suas reivindicações e pedem o apoio de todas as comunidades universitárias na luta por um ensino público de qualidade.

Sinpro-SP quer mapear irregularidades no ensino

O Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP) iniciou uma campanha para mapear as dificuldades enfrentadas pelos professores do ensino superior privado. O Sindicato incentiva a participação dos professores na campanha, pois é com base em sua denúncias e em consultas institucionais que será criado um dossiê sobre a situação nas instituições privadas do ensino superior.

O dossiê é uma fer-

ramenta para explicitar à sociedade e ao Ministério da Educação a situação precária de trabalho que a categoria enfrenta – superlotação das salas de aula, precariedade de equipamentos e descumprimento da legislação trabalhista, entre outros problemas. Para dar liberdade às denúncias, o Sinpro-SP criou um canal seguro para os professores: o endereço eletrônico dossie@sinprosp.org.br.

Tribunal Popular coloca o Estado Brasileiro no banco dos réus



OTAVIANOAGUIA

Marisa Fefferman, uma das organizadoras do evento

Entre os dias 4 e 6 de dezembro, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco será sede do Tribunal Popular: o Estado Brasileiro no Banco dos Réus. O evento reunirá dezenas de entidades da sociedade civil, entre elas a APROPUC, para colocar o Estado Brasileiro diante das leis internacionais e nacionais que ele reconhece, mas não cumpre.

O *PUCviva* conversou com uma das organizadoras, a professora da USP Marisa Fefferman, que contou um pouco da história e das perspectivas do Tribunal.

Marisa conta que a idéia de aglutinar entidades da sociedade civil em torno de um Tribunal Popular surgiu quando representantes do Movimento Negro Unificado participaram em New Orleans de um tribunal popular que colocou no banco dos réus o estado americano julgando-o pelo descaso com que tratou as populações de baixa renda no episódio do furacão Katrina.

“Nosso principal objetivo é refletir sobre qual é o Estado de Direito do país. Desde 1988 temos uma nova Constituição. Apesar do estado demo-

crático, estão morrendo mais pessoas do que na ditadura. E as violações continuam ocorrendo. Começamos pensando somente na criança e no adolescente, mas com o tempo percebemos que o Brasil vive praticamente em um estado de exceção, no qual quase nenhum direito é garantido – a não ser os dos donos das propriedades privadas”, diz Marisa.

criminalização dos movimentos sociais e estudantis, liderado pela parceria entre MST e movimentos sindicais.

“A proposta é documentar o máximo possível esses casos, com todos os tipos de informação, testemunhas, notícias de jornais, documentários”, explica a professora Marisa. “Que o Tribunal seja didático, para que as pessoas

que todas as sessões sejam gravadas e transmitidas pela Internet”.

Hoje realizam-se algumas sessões preliminares, como um “aquecimento” para o grande evento. A questão da criminalização do movimento estudantil é um dos temas desses debates preliminares. A APROPUC está participando da organização do Tribunal, nas reuniões que ocorrem quase que semanalmente. Entidades ou pessoas interessadas em participar podem enviar mensagens para tribunalpopular@riseup.net. No último domingo o movimento participou do Grito dos Excluídos lendo uma moção assinada por diversas entidades (veja matéria na página 6)

“O objetivo, no final, não é só culpar temporariamente ou ressarcir financeiramente, mas sim repensar o papel do Estado. Construir um dossiê, um documento, não só em papel, mas também em vídeo, para mostrar o quanto a sociedade civil é capaz de mudar a perspectiva. Se conseguirmos que as pessoas questionem algumas idéias que signifiquem punição ao invés de construção, já é suficiente” conclui Marisa.



O objetivo, no final, não é só culpar temporariamente ou ressarcir financeiramente, mas sim repensar o papel do Estado.



O Tribunal abará quatro eixos temáticos: **execução sumária em São Paulo**, os crimes de maio de 2006, quando o Estado apontou como responsáveis o PCC; **encarceramento**, tendo como eixo o caso da Bahia; **violência policial nas periferias e morros**, com o caso do Complexo do Alemão; e

saibam que isso é violação dos direitos. Como em todo tribunal, as informações são recolhidas previamente, para uma seleção do que vai ser utilizado. O promotor será ligado ao jurídico. O advogado de defesa será dramatizado, usando os próprios discursos do Estado. Uma de nossas preocupações é

ROLA NA RAMPA

Encontro Internacional sobre Paulo Freire

Entre os dias 16 e 20 de setembro ocorre a 6ª edição do Encontro Internacional Paulo Freire, celebrando os 40 anos da Pedagogia do Oprimido e sua relação com globalização e movimentos sociais. A PUC-SP, casa que abrigou o pensador durante os tempos de ditadura militar será palco dos debates. As inscrições para as conferências já

estão esgotadas, mas restam 400 vagas para acompanhar as atividades através de um telão no Tucarena. Os organizadores estão colhendo depoimentos, em vídeo ou áudio, de pessoas que tiveram influência de Paulo Freire em seu cotidiano. Informações, inscrições, envio de arquivos e programação na página www.paulofreire.org.

Cinema africano destaca diretor senegalês

A Mostra PUC de Cinema Africano 2008 vai exibir filmes do diretor senegalês Ousmane Sembène entre os dias 8 e 12 de setembro. As sessões ocorrem todos os dias às 19h, com sessões extras às 9h, na segunda e quin-

ta-feira. Sembenè retrata o cotidiano de seu país, escancarando desigualdades e injustiças sociais e repensando o fardo africano de caminhar entre a modernidade, a tradição e o passado colonial.

Mercantilização é alvo de campanha do SINPRO/Sorocaba

O Sindicato dos Professores de Sorocaba e Região ligado ao SINPRO convidaram a APRÓPUC e todos os professores da PUC-SP e PUC-Sorocaba para partici-

parem do lançamento da campanha "Educação não é mercadoria", no dia 11 de setembro, na OAB-Sorocaba (avenida Três de março, 495), 19h.

AFAPUC firma mais dois convênios

A Associação dos Funcionários da PUC-SP acaba de fechar mais dois convênios. Agora os associados poderão utilizar os serviços da Farmácia de Manipulação Órion (Rua Frei Caneca, 226 - tel. 3544-5500) e do dentista Dr. Augusto Roque Neto (Rua Cardoso de Almeida, 23, conj. 65, tel. 3864-9160). Além do usual desconto, os valores poderão ser debitados em folha de pagamento.

Continua a vacinação na PUC-SP

A Vigilância Epidemiológica da Lapa/Pinheiros estendeu a Campanha de Vacinação contra Rubéola e Sarampo aqui na PUC-SP. Poderão ser vacinados alunos, funcionários e professores entre 20 e 39 anos de idade. A nova fase da vacinação acontece entre os dias 9 e 10 de setembro das 19 às 22 horas, sempre no corredor do Serviço Médico.

Entrada gratuita para ver Abujamra

Nesta quarta-feira, 10/9, professores, funcionários e estudantes da PUC-SP poderão conferir gratuitamente a nova peça de Antonio Abujamra, *A Voz do Provocador*. Trata-se de uma aula-espetáculo que sobrepõe os conflitos de nosso tempo às grandes questões da História da humanidade. Basta inscrever-se pessoalmente na Central Geral do Estágios (CGE - subsolo do Prédio Novo). A peça será apresentada no teatro CIEE, no Itaim Bibi. Um ônibus partirá do Tuca às 18h30 na noite do espetáculo.

Artistas homenageiam Aldemir Martins

Um dos mais importantes artistas plásticos do país, o cearense Aldemir Martins dedicou quase toda a sua produção a temas brasileiros, como a natureza e o povo do Nordeste. Faleceu em fevereiro de 2006, aos 83 anos. Para homenagear vida e obra do artista, Umberto Mateus, Osmar Santos e Rubens Matuck realizam exposição no Tucarena, sob curadoria de Regina Botelho de Abreu Sampaio, até 21/9. Também serão expostas ao público telas feitas por pacientes afásicos da clínica de audição, voz e linguagem da Deric.

CRP faz debate sobre mídia, psicologia e direitos humanos

O Núcleo de Mídia e Psicologia do Conselho Regional de Psicologia realiza na terça-feira, dia 9 de setembro, às 19 horas, na sede da entidade, à Rua Arruda Alvim 89, próximo da Estação Clínicas do Metrô, o debate sobre o tema "Mídia, Psicologia e Direitos Humanos", com a participação do psicólogo Marcos Ferreira e da jornalista Jô Azevedo. O debate, que faz parte do ciclo denominado MídiaLogos, está aberto à participação dos psicólogos, estudantes de psicologia, jornalistas, estudantes de comunicação social e o público em geral.

A inscrição pode ser feita na página do CRP na internet, no endereço www.crp.org.br, pelo telefone 3061-9494 (Ramal 111) ou no próprio dia do debate, até as 18h30. Os participantes receberão certificado de presença. O psicólogo Marcos Ferreira é assessor do Conselho Federal de Psicologia e professor aposentado da UFSC. A jornalista Jô Azevedo é autora de vários livros sobre a defesa dos direitos humanos, um deles sobre o assassinato do metalúrgico Santo Dias, e professora do curso de especialização em Jornalismo na PUC-SP.

Alckmin e Marta "furam" compromisso na PUC-SP

O CA 22 de Agosto (Direito) convidou todos os candidatos à Prefeitura de São Paulo para expor suas idéias na PUC-SP e debater propostas com a comunidade. À exceção de Paulo Maluf, todos confirmaram presença. Geraldo Alckmin e Marta

Suplicy, porém, não apareceram na data agendada com suas assessorias. As faltas foram motivo de protesto e chacota entre os estudantes. A palestra com o prefeito Gilberto Kassab estava marcada para depois do fechamento desta edição.

11º0 - 08/09/08

Jornal do Congresso

Jornal semanal dos 3 setores da PUC-SP
5 mil exemplares

Financiado pelos Centros Acadêmicos, Apropuc e Afapuc
jornaldocongresso.wordpress.com



Estudantes, professores e funcionários conclamam: Vamos construir uma PUC-SP democrática

A situação delicada em que a PUC-SP se encontra nos coloca num momento em que reafirmar a democracia e a negação de decisões autoritárias e arbitrárias é fundamental. Para que a universidade seja construída pelos segmentos que realmente a compõe (os professores, estudantes e funcionários), é necessário o debate e a discussão de questões prementes para unificar o entendimento da PUC que queremos.

As diretorias da APROPUC, AFAPUC, Centros Acadêmicos e outros estudantes estão se reunindo às segundas-feiras, às 18h na APROPUC, para organizar a convocação de um Congresso dos 3 setores. Somente com a luta e a participação de todos será possível fazer um Congresso que represente a comunidade e desse modo, defina as idéias para que seja constru-



REAÇÃO Estudantes fazem missa de sétimo dia da autonomia da PUC-SP

ída uma universidade que preserve a democracia interna e a autonomia, defendendo os direitos dos funcionários, professores e alunos que acrescentem para o pensamento crítico acerca dos problemas sociais.

Conjuntura da PUC-SP

A situação atual da PUC-SP é consequência de uma crise financeira que assusta a comunidade há muito tempo, porém a par-

tir de 2006 as medidas administrativas adotadas pela direção da universidade prejudicaram as atividades democráticas da PUC-SP e abriram caminho para a intervenção da Fundação São Paulo.

A autoritária demissão de centenas de professores e funcionários (cujos critérios ainda são obscuros), a "maximização" dos contratos dos professores, redução e corte de bolsas, falta de qualquer tipo de diálogo,

debate e discussão, a tropa de choque convocada para retirar os estudantes com o objetivo de resolver problemas internos da universidade, aumento da burocracia, criminalização do movimento estudantil são exemplos de acontecimentos que afrontam o princípio de autonomia universitária.

Essas medidas ajudaram a desmobilizar estudantes, funcionários e professores, que por receio ou falta de interesse, não se opuseram à intervenção. O tão falado Redesenho Institucional está agora sendo colocado, ou imposto, em prática. A gestão Maura Vêras rompeu definitivamente com a história que foi construída na PUC-SP, em termos de resistência e luta para a garantia da democracia interna e com a idéia de uma universidade útil para a sociedade.



AGENDA

08/09, 18h, na Apropuc (Rua Bartira, 407)

- Reunião entre estudantes, professores e funcionários pela construção do Congresso

16/09, 9h e **17/09**, 19h

- Júri Simulado da PUC-SP. Atividade política contra a criminalização do movimento estudantil

18/09, 13h, no Fórum Criminal Barra Funda

- Audiência do processo criminal contra os estudantes

23/09

- Debate sobre a conjuntura da PUC-SP

26/09

- Festival de Hip Hop

A situação financeira

O grão-chanceler Dom Odilo, no diálogo de negociação entre a Fundação São Paulo e o Consun disse que queria saber quem se responsabiliza pela dívida da PUC-SP, de R\$300 milhões. Sim, a crise financeira da PUC-SP está agravada, no final de 2006 era de R\$107 milhões.

A menção de Dom Odilo, porém, coloca o problema da dívida como justificativa da intervenção da Igreja na universidade, como se a centralização e falta de democracia fossem a resposta para a crise. Problemas administrativos dizem respeito a toda a comunidade e devem ser debatidos por ela.

A mudança do estatuto

No final do primeiro semestre de 2008, o Redesenho Institucional foi aprovado pelo Conselho Universitário, com reuniões a portas fechadas no Cogear e nos campus de Sorocaba e Barueri. Os conselheiros afirmaram que apesar da comunidade não ter participado da construção do projeto de reestruturação da universidade e nem poder assistir ou se manifestar no Conselho Universitário que o aprovaria, as reuniões eram democráticas, pois estavam sendo transmitidas pela internet.

Os conselheiros, então, se reuniram novamente antes das férias para reformular o Estatuto da PUC-SP. A Fundação São Paulo (FSP), no mês de julho, analisou o documento e fez alarmantes alterações. Entre elas, a criação do Conselho Superior Administrativo (Consad), composto pelo Reitor, um Pró-Reitor Acadêmico (escolhido entre os Pró-Reitores de Graduação, Pós-Graduação e Educação Continuada), o Pró-Reitor de Planejamento,

Desenvolvimento e Gestão, o Pró-Reitor de Cultura e Relações Comunitárias e no mínimo dois Secretários Executivos da FSP. Só terão direito a voto o Reitor e os Secretários Executivos da Fundação. O órgão seria a instância deliberativa máxima da universidade, com poder de veto a qualquer decisão do Consun (que teria menos representação dos estudantes e funcionários), acabando assim, com qualquer pingão de democracia que na teoria ainda existia para as tomadas de decisões na PUC-SP. Além disso, o novo estatuto propõe radicais mudanças nas eleições internas. A Reitoria escolhe os Diretores de Faculdade e os Chefes de Departamento a partir de uma lista tríplice, e nomeia os coordenadores de curso.

A intervenção descarada da FSP com o propósito de uma absurda burocratização e centralização de poder somente agrava a crise da universidade e representa a destruição da PUC-SP como ela é hoje.

A briga por estatutos em 1982

A história se repete. No segundo semestre de 1982, a Fundação São Paulo, autoritariamente, formulou estatutos que modificavam significativamente as regras que regiam a universidade. Foi formada, então, a Comissão Estatuante, composta por 53 integrantes: 26 docentes e 15 estudantes, representando as faculdades, o Ciclo Básico, o Pós e os institutos; 11 funcionários e um representante da Reitoria.

Os representantes de funcionários, professores e estudantes que discutiram os Estatutos foram eleitos democraticamente em todos os setores. Delegados também foram eleitos e a comunidade puquiense apre-



sentou 15 projetos diferentes de mudanças.

Depois de alguns meses de debates e discussões, a Comissão Estatuante aprovou uma das propostas, que exigia eleições diretas para reitor e cargos de direção, além de paridade da representação nos conselhos superiores. A proposta foi enca-

minhada ao Consun, e em seguida submetida à Fundação São Paulo, que discordou das mudanças mais importantes que estavam sendo apresentadas. Assim, os novos estatutos não foram encaminhados para o Ministério da Educação e Cultura para serem oficializados.

Apesar da vitória da comunidade não ser completa, pois os estatutos discutidos não foram colocados em prática oficialmente, foi com a mobilização e a participação de todos que o estatuto da Fundação São Paulo foi barrado. Prevaleceu, em seguida, uma fase confusa na PUC-SP, quando conviviam os estatutos antigos e novos, na qual muitas instâncias da universidade, na prática, seguiam as deliberações feitas pela comunidade.

A Comissão Estatuante expressou um avanço da organização e resistência dos setores da universidade e da luta pela democratização que se estendia pelo Brasil na época.